

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

JOSÉ DE OLIVEIRA REIS, O HISTORIÓGRAFO E SEUS DIÁLOGOS COM ARMANDO DE
GODOY: ENTRE AGACHE E LE CORBUSIER, A AÇÃO DA ENGE

Rodrigo Santos de Faria (CIEC-DH-IFCH-UNICAMP)

José de Oliveira Reis, o Historiógrafo e seus Diálogos com Armando de Godoy: entre Agache e Le Corbusier, a Ação da Engenharia Brasileira na Construção Intelectual do Processo de Institucionalização do Urbanismo

O presente trabalho se caracteriza pela reflexão sobre uma interface particular da atuação profissional do engenheiro José de Oliveira Reis: o historiógrafo do urbanismo e da administração municipal do Rio de Janeiro. Uma interface que transita entre o ano de 1965 e 1992, orientada em alguns momentos por uma autocrítica repleta de parcialidades sobre as décadas entre 1926 e 1965, período da sua atuação com engenheiro e urbanista. Portanto, uma terceira interface intelectual desse engenheiro formado na Turma de 25 da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Entre os vários estudos realizados a partir de 1965 focamos a reflexão no primeiro, “As administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano” (1965), e naquele que é considerado sua principal produção, “O Rio de Janeiro e seus Prefeitos” (1977), produzido em 5 volumes. Produção que colocada em diálogo direto com algumas reflexões realizados pelo engenheiro Armando de Godoy, publicadas na coletânea “A Urbs e seus Problemas” (1943), proporciona importante compreensão sobre a institucionalização do urbanismo no Brasil; na perspectiva interessada aos engenheiros que na primeira metade do século XX discutiam sobre urbanismo, entender tal institucionalização como construção intelectual e as determinações que orientaram os debates entre os profissionais brasileiros sobre Alfred Agache e Le Corbusier.

José de Oliveira Reis, Historiógrafo do Rio de Janeiro

José de Oliveira Reis estava com 17 anos quando, no dia 22 de janeiro de 1921, solicitou inscrição no exame vestibular da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Aprovado como aluno sua solicitação de matrícula foi autorizada pelo engenheiro e professor da Politécnica, Paulo de Frontin, no dia 31 de março de 1921; até 1994, data do seu falecimento, sua cidade natal, Ribeirão Preto, seria apenas uma lembrança dos tempos em que brincava entre as máquinas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

Sua experiência como habitante da cidade do Rio de Janeiro, na categoria de estudante e, portanto, freqüentador do Largo de São Francisco, local da sede da Escola Politécnica, perdurou até o início do ano de 1926, quando da conclusão do curso. Mesmo ano em que o industrial paulista Antonio Prado Júnior assumiu o cargo de prefeito do Rio de Janeiro, dando início, a partir de 1927, ao processo de contratação de Alfred Agache.

E é essa administração do Distrito Federal que escolhemos como entrada nas reflexões sobre urbanismo e administração municipal, desenvolvidas por José de Oliveira Reis a partir de 1965. Assim se pronuncia o engenheiro:

“Antonio Prado Júnior, sem possuir qualquer título profissional, sem ser engenheiro, foi, entretanto um dos maiores prefeitos da cidade do Rio de Janeiro (...) oriundo de tradicional família paulista, filho do velho e conceituado Conselheiro Antonio Prado (...) era apenas dedicado à vida particular e social nos clubes esportivos de São Paulo. (...) homem viajado, de bom gosto, dinâmico, amigo pessoal do Presidente da República, este o foi buscar, como elemento de confiança, para dirigir os destinos da capital da república durante seu quadriênio. Foi uma feliz escolha, pois sem títulos e sem preconceitos técnicos, fez uma administração dotada de bom senso e com uma invulgar disposição para o trabalho. Prado Júnior, pela sua atuação não desmereceu a confiança nele depositada pelo Presidente da República, apesar das muitas restrições que, antecipadamente, os julgadores apressados faziam a seu respeito. Ao período mais ou menos tranqüilo, equilibrado da administração Alair Prata, sucedeu a de outro prefeito de características dinâmicas, incansável trabalhador, revolvendo tudo, agitando problemas e deixando marcado, de modo indelével, a sua passagem pela prefeitura do Distrito Federal. Algumas de suas mais importantes iniciativas perduram até hoje, o que vem confirmar o acerto das mesmas. Por esse motivo a população carioca devota um carinho especial à memória de Prado Júnior, reconhecendo-o como um dos seus melhores prefeitos O Governo municipal não

deixa de ser um reflexo do governo federal. A austeridade e seriedade do governo Washington Luis, reproduzia-se na administração da prefeitura, através da atuação do prefeito Prado Júnior, cuja personalidade marcante e austeridade no trato dos negócios publicados eram bem uma continuação do Presidente da república. Desse modo, pode-se caracterizar essa administração como severa, honesta, dinâmica e de resultados positivos para a cidade do Rio de Janeiro. É o que vamos ver, através da análise dos atos dela” (REIS, 1977a, p.89).

Antes mesmo de saber o que Oliveira Reis considera, ou considerou, como atos dessa administração *honesto, dinâmico e de resultados*, é preciso saber quando ele fala e também como fala.

Percebe-se, pela data do texto, que é uma argumentação distante do tempo em que o paulista Prado Júnior deteve em suas mãos as decisões relativas aos problemas urbanos do Distrito Federal; ao menos passavam pelo seu gabinete. Um distanciamento, por muitos ainda hoje considerado necessário ao trabalho de “historiador” – a história do Rio de Janeiro -, que o próprio José de Oliveira Reis se atribui, e lhe é atribuído.

Atribuir-lhe-emos por outro lado, uma outra denominação para expressar este seu ofício, o de *historiógrafo*, referenciada nas estruturas tradicionais, lineares e evolutivas de escrita do passado que seus textos revelam. O próprio José de Oliveira Reis deixa isso muito claro em estudo apresentado no ano de 1985: “Cronologicamente vamos remontar ao século passado”.

Um ofício em desenvolvimento não só distante como não iniciado no ano de 1977, na elaboração da reflexão sobre a administração Prado Júnior. A prática de *historiógrafo* das administrações públicas do Rio de Janeiro ocorreu, inicialmente, no de 1965, pela publicação do artigo “As Administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano – O Rio de Janeiro e seus Prefeitos (1892 a 1960)” para o livro “Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos”.

E naquele início da segunda metade do século XX, um ofício que o permitiu pensar o Rio de Janeiro não mais pela perspectiva da técnica, das obras de transformações urbanas, que a formação em engenharia lhe forneceu e os cargos que ocupou lhe propiciou realizar, mas, agora, na perspectiva da memória, em parte como que numa narrativa de autocrítica, obviamente selecionada por escolhas interessadas, como as escolhas que qualquer historiador faz, e ele como *historiógrafo* fez, e que estão presentes em todas as falas produzidas até o ano de 1992.

Foram vários trabalhos dedicados exclusivamente à interpretação da história administrativa do Rio de Janeiro no desenvolvimento de políticas urbanas municipais, que representam, de certa

forma, a sua própria história como agente na estrutura pública municipal. Momento que revela um limite em sua atuação profissional como urbanista, responsável pela coordenação de órgãos de urbanismo e planejamento urbano, pela coordenação de planos diretores, entre outras atividades relacionadas à questão urbana.

Um limite que representa uma inflexão em sua atividade profissional, sendo inclusive o argumento que justifica a delimitação do tempo que propomos trabalhar. Nesse sentido, o biênio 1965/1966 não se define como “fim”, principalmente de sua atuação profissional como urbanista, mas como “tempo de transição”, como “meio”, em grande parte dedicado por Oliveira Reis àquela interpretação histórica.

A partir de 1965/1966 e até 1992, o engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis abre espaço para a atuação do historiógrafo José de Oliveira Reis, em uma temporalidade também diversa do seu tempo biológico, esse sim, findado no dia 23 de julho de 1994, na cidade do Rio de Janeiro.

O próprio biênio 65/66 apresenta uma intensa convergência de eventos que acompanham tal inflexão, que em certo sentido envolvem Reis, principalmente 1965: é ano da publicação do seu texto “As administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano”; ano da entrega do trabalho, “Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano”, do escritório grego Doxiadis Associats, que teve entre seus opositores o próprio José de Oliveira Reis; e 1966, quando Oliveira Reis é aposentado como Engenheiro do Estado da Guanabara, fator decisivo na abertura do caminho para suas pesquisas sobre a história urbanística da cidade do Rio de Janeiro.

Todo um trabalho que iniciado com o artigo de 1965 teve, ainda, os seguintes resultados: “Os Prefeitos do Rio de Janeiro como Capital da República de 1889 a 1960”, apresentado em conferência no Ministério da Educação e Cultura no dia 26 de agosto de 1971; “O Rio de Janeiro e seus Prefeitos” de 1977, publicado em quatro volumes – Projetos de Alinhamento, Evolução Urbanística da Cidade e Logradouros e PAAs respectivos -, considerados em conjunto seu principal estudo, concluído pelo que é considerado o 5º Volume, “A Guanabara e seus Governadores”, em 1979; “História da Legislação sobre o Uso do Solo, datado de 8 de maio de 1983; “Planos e Obras da Cidade do Rio de Janeiro – Engenheiros e Respektivas Realizações” para uma palestra na Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1985; “História Urbanística do Rio de Janeiro nos séculos XVI – XVII – XVIII”, publicado na Revista Municipal de Engenharia em 1986; “História Urbanística do Rio de Janeiro no século XIX” – “As inundações do Rio de Janeiro” – “Sesquicentenário do nascimento de

Pereira Passos”, publicados na Revista Municipal de Engenharia em 1990; “Evolução Urbana na Cidade do Rio de Janeiro no século XX”, em 1992, para o Fórum Global das ONGs durante a Conferência Rio-92.

Um conjunto de estudos com forte caráter relacional que pode ser definido por três temáticas centrais. A principal temática aborda as administrações municipais e suas realizações, com ênfase para o século XX até o ano de 1960, quando da criação do Estado da Guanabara pela Lei n. 3752 de 14 de abril de 1960. Não por isso, deixa de apresentar estudo desde a fundação à época de Estácio de Sá no século XVI, ou mesmo dos Governadores da Guanabara, até seu último mandatário, Antonio Chagas Freitas, Governador do Estado da Guanabara entre 1971 e 1975.

Um segundo eixo de estudo perpassa os principais profissionais engenheiros que atuaram na cidade do Rio de Janeiro. Abordagem que apresenta um caráter biográfico destes engenheiros em suas relações com as administrações públicas no desenvolvimento de projetos de urbanismo e realização de obras públicas.

Encerra o conjunto dos eixos temáticos a abordagem sobre legislação urbanística, legislação de uso do solo e os importantes Planos de Alinhamentos - denominados de PAs -, desde o PA de nº 1, aprovado pelo prefeito Pereira Passos, relativo à Avenida Salvador de Sá.

No conjunto são textos escritos com estrutura narrativa linearmente organizada pelos fatos e suas respectivas datas, apresentando as administrações municipais do Rio de Janeiro em suas particularidades: principais obras, planos urbanísticos realizados e, principalmente, os profissionais envolvidos. Neste ponto é evidente o tom de exaltação biográfica aos engenheiros e demais profissionais diretamente envolvidos com a administração municipal. E não só a exaltação, mas a relação de importância que é atribuída a cada período administrativo, com reflexo direto no detalhamento e argumentação, articulam os trabalhos numa lógica tradicional de escrita da história.

No entanto, em posição diametralmente oposta à exaltação, não escapam críticas diretas aos planos de urbanismo, como o Plano Doxiadis, que para Oliveira Reis não é um plano, na acepção que teve o Plano Agache, limitando-se a um conjunto de projetos e sugestões. Crítica também direcionada a políticos, como o Governador da Guanabara Carlos Lacerda, responsável pela criação da Comissão Executiva do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara (CEDUG), pelo Decreto “N” nº 159 de 19 de março de 1964, que foi responsável pelo cumprimento do contrato com o escritório grego Doxiadis.

Linearidade cronológica, exaltação de personalidades profissionais e uma certa parcialidade argumentativa são complementadas pela construção da *verdade* primeira na história urbanística do Rio de Janeiro. E em suas falas, em especial a de 1977, a dimensão da verdade dos fatos é literalmente enunciada como um recurso aos perigos do esquecimento no tempo:

“Como verdade histórica é sempre conveniente repetir os fatos passados para que a posteridade não ignore, pelo esquecimento, as pequenas causas, suas repercussões futuras e sua influência nos destinos da coletividade”.

Nesta dimensão da *verdade histórica* Oliveira Reis exerce de forma continuada, durante décadas, em conferências e importantes publicações, o papel, como já mencionado, de historiógrafo do Rio de Janeiro, aquele que é “a memória viva da cidade”, ou ainda, “uma vida que se confunde com a história da engenharia da cidade”, senão como “exemplo de servidor público e defensor da cidade e de sua memória”.¹ Títulos que o legitimam como importante pesquisador das administrações municipais do Rio de Janeiro, que realmente foi, conferem às suas falas aquela dimensão da *verdade histórica* irrefutável, presente nos mais diversos trabalhos de história do urbanismo no/do Rio de Janeiro como referência bibliográfica fundamental.

Seria um receio destes trabalhos, pelo pouco distanciamento do tempo das obras, e mais ainda, do tempo do autor, que impossibilita a elaboração de problematizações – que são também escolhas – sobre as escolhas por ele elaboradas nas narrativas sobre o Rio de Janeiro?

Diante de tal pergunta é necessário retornar, após este breve percurso sobre como e quando Oliveira Reis desenvolve suas narrativas, àquelas primeiras falas, dos anos de 1965 e 1977, e perceber, que ambas, não se diferenciam em seu conjunto ou em sua intencionalidade, que é a de apregoar os benefícios da ação paulista em terras do poder federal naqueles idos dos anos de 1920.

José de Oliveira Reis e Armando de Godoy: diálogos sobre a cidade e o urbanismo

Na lógica da narrativa de exaltação de Prado Júnior, até o fato de não ter formação profissional, ou mais especificamente ainda, não ser engenheiro, quase um atributo à maioria dos considerados aptos na condução das cidades e seus mais intensos e complexos problemas de infra-estrutura urbana, habitação, saneamento, para mencionar alguns, não significou uma incapacidade de gestão da cidade, mas uma condução destituída de preconceitos técnicos.

Entretanto, não convém definir a escolha de Prado Júnior como uma regra, mas uma variável pouco exercida, como fica claro pelo artigo de Oliveira Reis do ano 1965, “As administrações

Municipais e o Desenvolvimento Urbano”: “entre a administração de Francisco Pereira Passos e Antônio Prado Júnior, é possível identificar do total dos 12 (doze) prefeitos, que 5 (cinco) são engenheiros, e que durante as administrações desses engenheiros ocorreram as principais intervenções urbanas; entre eles, o próprio Pereira Passos durante o Governo Federal de Rodrigues Alves e Carlos Sampaio, durante a gestão do Presidente Epitácio Pessoa, responsável pelo início do arrasamento do Morro do Castelo para as obras do Centenário da Independência” (REIS, 1965a, p.125-160).

Obviamente que o saber técnico-científico não era a única condicionante à ocupação de cargos políticos, como o de prefeito do Distrito Federal, mas passava por relações políticas que, segundo Lúcia da Silva, articulavam-se até mesmo em nível nacional (SILVA, 2003)ⁱⁱ. Até, pois, não só engenheiros administraram a cidade, apesar de sua predominância, mas também médicos, advogados e pessoas como Prado Júnior, sem formação alguma.

Assim como Oliveira Reis, o engenheiro Armando de Godoy, principal propagandista da *ciência do urbanismo* em terras federais no início do século XX, apresentou idêntica opinião sobre a importância da administração Prado Júnior. Godoy, em artigo escrito em maio de 1936, ou seja, logo após duas administrações com posicionamentos diversos em relação à contratação do Plano Agacheⁱⁱⁱ, elabora a seguinte argumentação:

“O honrado Sr. Antonio Prado iniciou seu período de governo logo após uma larga propaganda feita por várias pessoas que têm grande amor ao Rio. Essa propaganda ecoou no Rotary Club, cujo objetivo era obter-se um plano geral de remodelação e expansão para a Capital, vítima de planos parciais condenados nos países adiantados pelos técnicos mais ilustres (...) O Sr. Antonio Prado, apesar de não ser engenheiro, tacou dois problemas de alta relevância, que professores notáveis da E. Politécnica, quando prefeitos, não buscaram resolver. Quero referir-me ao levantamento da planta cadastral e à elaboração de um plano de remodelação e expansão para o Rio. Não preciso dizer mais nada para mostrar que a sua administração de destacou e se pôs em evidência entre as que teve a nossa capital” (GODOY, 1943a, p. 322-323).

Pela fala de Godoy, aquela atribuição profissional de alguns prefeitos com formação em engenharia e, mais ainda, como *professores notáveis da Escola Politécnica* do Rio de Janeiro que eram, não representou a possibilidade de entendimento da necessidade de um plano de conjunto para a cidade. Entendimento de que somente com um plano como o de Alfred Agache, seria possível resolver os problemas do Rio de Janeiro, mas que até a administração que antecedeu à de

Prado Júnior, “não houve harmonia e continuidade de ação (...) tendo tal fato resultado da ausência de um plano aceito e imposto por meio de propaganda feita com o auxílio da imprensa, de conferências públicas e de palestras pelo rádio” (GODOY, 1943b, p.322-323)

Corroborando com a reflexão de Godoy e, na “*análise dos atos dela*” (a administração Prado Júnior) que José de Oliveira Reis mencionou realizar, não só a importância da contratação do urbanista francês Alfred Agache será valorizada. Reis aponta, assim como Godoy em outro trecho de seu artigo de 1936, a relevância da contratação da empresa inglesa *Air Craft Corporation*, para realização do levantamento aerofotogramétrico do Distrito Federal – identificado por Godoy como o levantamento da planta cadastral.

Segundo Oliveira Reis, “foi por iniciativa de Prado Júnior que o Rio de Janeiro teve seu primeiro plano de Remodelação, extensão e embelezamento da cidade, estudado por um grupo de técnicos estrangeiros chefiados, pelo urbanista Alfred Hubert Adonat Agache, mais conhecido por Prof. Agache, e o plano, genericamente chamado por Plano Agache” (REIS, 1977b, p.89);

ou especificamente sobre a Air Craft no caso da planta cadastral: “vejamos porém, um dos maiores atos do Prefeito Antonio Prado Júnior que antecederam ao Plano Agache. Trata-se de sua mensagem n. 618 de 31-8-1927, ao Conselho Municipal, na qual solicitava autorização para abrir crédito especial até a importância de 2 mil contos, a fim de contratar com uma firma técnica especializada em imediata concorrência pública, os serviços de levantamento aerofotogramétrico do DF. Abrangia o cadastro predial da área urbana, ou seja a atualização da Carta Cadastral, que datava de 1893. Era prefeito Barata Ribeiro quando organizou em 1893 a Comissão da Carta Cadastral, chefiado pelo eminente engenheiro Pereira Reis. Os benefícios dos levantamentos topográficos da Comissão da Carta Cadastral foram colhidos pelo prefeito Pereira Passos. Os resultados dessa concorrência adjudicaram os serviços à firma inglesa – Air Craft Corporation, que somente entregou o trabalho parceladamente, a partir de 1930, não chegando a beneficiar, portanto, o Plano Agache, e conseqüentemente a administração Prado Júnior” (REIS, 1977c, p.91-92).

Por outro lado, a compreensão dos fatos proporcionados pela gestão Prado Júnior, e as possibilidades que estes dois fatos – o Plano Agache e a atuação da Air Craft – poderiam representar, em especial o trabalho realizado pela empresa inglesa, para a formação de um quadro técnico na própria estrutura administrativa, é objeto de análise e de preocupação apenas do Engenheiro Armando de Godoy. Ele avança em sua reflexão ao assumir uma crítica, mesmo

concordando e propagando os benefícios dessa administração, em relação a atuação da Air Craft no Brasil, ao afirmar que,

“infelizmente, por haver faltado nesta administração o concurso de um técnico progressista, com suficiente ascendência sobre o espírito do Sr. Prado Junior, a orientação seguida com relação aos serviços da Air Craft, peço vênha para dizer que não foi mais conveniente. Penso que se deveria ter aproveitado a ocasião para a instrução de alguns engenheiros da Diretoria de Obras nos processos da aerofotogrametria, organizando-se assim um núcleo de técnicos capazes de prosseguir na obra, iniciada pela Cia. Inglesa” (GODOY, 1943c, p.324).

O avanço da reflexão de Godoy em relação à de Oliveira Reis está justamente centrada na necessidade de estabelecer a estruturação administrativa no que tange ao corpo técnico de engenheiros locados, naquele momento, na Diretoria de Obras. Amplia, portanto, a importância da prática do urbanismo, sua divulgação e implementação, que se deu por profissionais de outras nacionalidades para o caso do Rio de Janeiro, para o âmbito da municipalidade estruturando-a para os fins de tal prática.

Assim, deixar de iniciar a organização de toda uma estrutura apta à realização dos preceitos do urbanismo – na concepção de Godoy como um plano de conjunto - é o que está em vigor na crítica que foi feita pelo engenheiro à administração Prado Júnior; segundo sua interpretação tal oportunidade foi perdida.

E senão a realização dessa estruturação e institucionalização, e o principal, no âmbito da administração pública municipal, assim como no caso de São Paulo, segundo Sarah Feldman, “centrado numa visão de plano geral e como instrumento de previsão” a partir de 1925 pela criação da Seção de Cadastro e Urbanismo no âmbito da Diretoria de Obras e Viação (FELDMAN, 2005, p.41), ao menos a promoção de um

“ligeiro curso para os engenheiros da antiga Diretoria de Obras (...). O curso tinha por fim não instruir, mas convencer os nossos colegas de que se faz indispensável um plano de conjunto” (GODOY, 1943d, p.323).

E peremptoriamente a divulgação da importância dos planos, ou como diz Godoy no título de um dos seus textos, “*da necessidade de planos de remodelação e expansão das cidades*”^{iv}, transforma-se na sua principal ação entre os anos que se seguiram com o debate estabelecido pelos trabalhos de Agache no Rio de Janeiro. E sobre este ponto, Reis é incisivo ao afirmar que

“O Plano Agache teve o mérito de alertar os engenheiros municipais e despertar o interesse nos meios profissionais sobre os problemas de urbanismo. Os problemas de ordem local foram substituídos por outros de âmbito mais largos, visando a áreas maiores, interessando cada vez mais o maior número de munícipes. Os pequenos grupos confinados, que a política estreita restringia a questões meramente locais, foram sendo ampliados e considerados como parte de um conjunto, tendo a cidade por um todo. Desse ponto de vista o urbanismo funcionou como revolucionador de mentalidade. Quem provocou essa alteração em nosso meio foi, sem dúvida, o Plano Agache” (REIS, 1977d, p.90).

Colocar em confronto as falas desses dois engenheiros que atuaram na cidade do Rio de Janeiro, ambos inseridos na estrutura administrativa municipal – inclusive por algum tempo atuando juntos na Diretoria de Engenharia -, mesmo que em tempos distintos de argumentações, revelam o reconhecimento da importância da contratação do urbanista Alfred Agache. Uma contratação que significou e colaborou, mesmo com todas as reações opostas de uma parte importante dos profissionais e da sociedade, com a institucionalização do urbanismo no Brasil. Em verdade não a contratação em si, mas todo o processo de desenvolvimento do plano pela equipe de Agache, pela incorporação de variáveis históricas, estatísticas, geográficas, entre outras, na elaboração do plano geral.

Oportuno apreciar, também neste momento, o discurso do próprio poder público municipal sobre a contratação do urbanista francês, realizada pelo prefeito Antonio Prado em agosto de 1927, para saber os argumentos utilizados pela prefeitura para oficializar o contrato perante o Conselho Municipal do Rio de Janeiro:

“Senhores Membros do Conselho Municipal do Distrito Federal.

Na minha mensagem de 1 de junho de último, tive ocasião de expor os motivos que me levaram a convidar o célebre especialista Sr. Alfred Agache para vir ao Rio de Janeiro fazer algumas conferências sobre urbanismo, procurando, deste modo despertar o interesse geral pela organização de um plano metódico de remodelação racional da cidade.

A palavra autorizada do Sr. Agache logrou o almejado intento, conseguindo chamar, para o assunto, não só a atenção da opinião pública da capital, como, também, de alguns administradores estaduais.

Assim, a convite oficial dos respectivos governos, o Sr. Agache visitou Belo Horizonte e Recife.

Julgo escusado encarecer a necessidade urgente a organização do plano de remodelação do Rio de Janeiro, segundo os princípios dessa ciência moderna que é o urbanismo.

Condicionado à solução dos problemas essenciais à vida dos grandes centros, problemas de higiene, de estética, de transporte, de circulação, etc, o plano de remodelação da cidade não pode ser feito sem cuidados prévios, de natureza técnica e que demandam tempo.

Justamente para subvencionar estes estudos e adquirir, depois, o resultados deles, - o plano definitivo de remodelação do Rio - é que venho solicitar-vos autorização para abrir os necessários créditos”.

Evidente na representação sobre o urbanismo como ciência moderna, estando apto à realização de um plano metódico e racional para a cidade, o principal interesse sobre argumentações de Prado Junior está justamente centrado na origem institucional da fala, ou seja, a administração municipal. Prado Júnior aponta para a oficialização e institucionalização do urbanismo no Rio de Janeiro, levando consigo toda uma estrutura social instituída no Conselho Municipal, construindo legitimidade, por maiores que fossem as reações às ações sobre a cidade pautada num plano urbano; um plano de conjunto cujo tempo de elaboração, capacidade de previsibilidade e caráter técnico são suas principais características, mesmo que no caso dessa institucionalização, ela viesse de outro país, como veio da França.

Entre Agache e Le Corbusier: urbanismo como construção intelectual da engenharia

Nessa lógica, aquela suposta diferença temporal entre as falas de Godoy e Oliveira Reis, não é outra coisa senão a manutenção no próprio tempo, do reconhecimento dos benefícios, tanto do plano em si como da própria presença de Alfred Agache. É o reconhecimento, por parte dos dois engenheiros, da importância do saber erudito que ele, Agache, é um representante. Em Godoy e Reis, portanto, a legitimação do saber, a filiação ao profissional e a crença irrefutável na prática.^v

Ainda hoje, ou mais precisamente, no final do século XX, tal referência pode ser anotada nas palavras de Margareth da Silva Pereira em uma reflexão sobre os planos de Agache e Lê Corbusier para o Rio de Janeiro. Afirma a autora sobre o trabalho de Alfred Agache:

“Seu plano de intervenção, criticável em muitos dos seus aspectos pelo seu esquematismo, pela rigidez que introduz no zoneamento, pela segregação dos grupos sociais que assume e fomenta, não deixa de ser um modelo metodológico na forma de abordar a cidade (...) As marcas do plano de Agache, como dissemos, são sensíveis ainda hoje na estruturação da metrópole e, vez por

outra, suas propostas são retomadas e discutidas pelos planejadores” (PEREIRA, 1996a, p.363-376).

Entretanto, no mesmo texto sobre os planos de Agache e Corbusier, a autora traça uma série de argumentos explicativos sobre procedimentos teóricos e referências intelectuais, de ambos profissionais, para finalizar afirmando que os estudos de Lê Corbusier, ou como ela os denominou, “os croquis futuristas e utópicos não foram levados a sério e, como nos conta a historiografia oficial, sua interferência ficaria restrita à escala arquitetural” (PEREIRA, 1996b p.373).

Ainda no mesmo texto levanta o argumento da “velocidade da internacionalização das discussões”, o que significou a entrada de profissionais das mais diversas nacionalidades no debate sobre as questões do urbanismo no século XX. São debates presentes desde o primeiro congresso de *town-planning* na Inglaterra no final da década de 1910, que no bojo do processo de circulação das idéias aí expostas, chega à América do Sul no Congresso de Montevideú, estando o Brasil também representado, principalmente, pela figura do engenheiro Francisco Saturnino Brito^{vi}.

Na análise do texto de Margareth Pereira é possível perceber uma certa diminuição da importância das próprias problemáticas por ela levantadas para refletir sobre os planos, seus autores e repercussões. E mais ainda, numa aparente incompreensão do percurso da institucionalização do urbanismo no âmbito da administração pública, cujas especificidades estão reguladas nos próprios processos municipais, relacionados aos trabalhos desenvolvidos pelos engenheiros alocados, principalmente, na Diretoria de Viação e Obras da gestão Alaor Prata.

Foi essa aparente incompreensão que a impossibilitou de realizar uma pergunta bastante objetiva sobre os motivos pelos quais os “*croquis utópicos e futuristas não foram levados a sério*”. O que interessava aos profissionais como Armando de Godoy e José de Oliveira Reis, entre outros, naquele momento atuantes, na esfera pública e privada – respectivamente, como engenheiros municipais, ou atuando, por exemplo, no Centro Carioca quando da realização do I Congresso Brasileiro de Urbanismo-, pela implementação do urbanismo no Rio de Janeiro?

Uma resposta está não só na cidade Rio de Janeiro, no movimento profissional pela implementação do urbanismo na capital federal. Está também integrado a um processo amplo, inerente a outras importantes cidades brasileiras, como São Paulo. Movimento que perpassa pelo entendimento de que todo o processo de estruturação pública municipal, no sentido da criação das

primeiras seções de urbanismo, comissões de planta cadastral, entre outras, estava vinculada, neste momento, aos profissionais advindos da engenharia em suas atividades nas prefeituras.

E o que estes profissionais pretendiam com o exercício do urbanismo no Brasil, passava já pelo que seria denominado de planejamento urbano: pensar a cidade mediante estudos prévios, concebendo a partir destes estudos, um plano geral de intervenção em áreas que necessitavam ações imediatas, assim como, de expansão da área urbana por uma previsão pautada nas informações coletadas, analisadas e aplicadas.

Nesse sentido, para o grupo de engenheiros articulados à estrutura administrativa municipal e, portanto, ao próprio poder político, Lê Corbusier não representava esse pensamento; em nenhum momento seu nome passava pelas referências apresentadas pelo engenheiro Armando de Godoy, principal interlocutor da necessidade de elaboração de um plano urbanístico para a cidade, e pelo contato com Alfred Agache: “antes de tudo, mister é que se organize um plano completo de remodelação, compreendendo o aperfeiçoamento de todos os órgãos urbanos, plano que só pode ser traçado por um urbanista com a competência técnica e o bom gosto de um suas Stübben, de um Bennet, de um Jaussely, de um Agache, o glorioso autor da capital da Austrália” (GODOY, 1943e, p.33).

Por este percurso explicativo, qual seja, aquele que trabalha com a consolidação do urbanismo no Brasil, na primeira metade do século XX, no âmbito do campo disciplinar da engenharia, e não *ainda* da arquitetura, um outro problema interpretativo, desenvolvido em estudo de Denise Cabral, deve ser posto em questão: a da disputa de mercado pelo urbanismo, do “mercado emergente de intervenção na cidade” (STUNCKENBRUCK, 1996).

Não é possível argumentar nessa direção na medida em que o que existe são entradas diferentes nas questões urbanas, que se dão pelos dois campos disciplinares em questão; e no caso da engenharia não só pela intervenção em si, mas na conformação dos processos que necessariamente passavam pela criação daqueles serviços em âmbito público municipal. Os arquitetos não estão inseridos, ainda neste momento, nessa estruturação do urbanismo na esfera pública, ocorrendo somente a partir da criação das faculdades de arquitetura e urbanismo no final de década de 1940 (LEME, 2003). Somente após essa década é que a atuação dos arquitetos ocorrerá de forma mais incisiva, organizada, ainda assim, em dois eixos de orientação, sendo um deles a própria continuação da atuação dos engenheiros, e uma segunda, pela entrada das idéias

do movimento moderno em arquitetura, articulado aos debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

Como então corroborar com a argumentação de que os *croquis* de Lê Corbusier não foram levados a sério, ou que, os profissionais arquitetos e engenheiros estavam travando uma disputa por um mercado que era o da intervenção urbana?

Primeiramente, tanto foram levados a sério que Lê Corbusier teve uma atuação fundamental na elaboração do Projeto do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro, determinante na consolidação da arquitetura e urbanismo modernos no Brasil a partir das escolas de arquitetura e urbanismo na vertente que esteve atrelada aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Sua inserção no debate internacional sobre urbanismo configurava-se pela construção de uma outra ordem urbana, muito bem demonstrada no plano *Une Ville Contemporaine pour 3 Millions d'Habitants*, que foi apresentado no Salon d'Automne de 1922, ou ainda o Plan Voisin de 1925, apresentado no Pavillon de L'Esprit Nouveau – Exposition des Arts Décoratifs entre 1922 e 1925; ambos realizados antes da viagem ao Rio de Janeiro e da realização do estudo que culminou no desenho de uma megaestrutura, uma cidade-viaduto para o Distrito Federal. (FRAMPTON, 1997, p.218).

No caso do Plan Voisin, que poderia ter alguma aproximação com os planos reclamados pelos engenheiros cariocas, por intervir em uma cidade real, se caracteriza pela demolição de grande parte da área histórica de Paris^{vii}. Em nenhum momento essa orientação passou pelos engenheiros cariocas como forma de solução dos problemas urbanos da capital federal, ou estava presente nas discussões sobre a “ciência do urbanismo”, como diria Godoy.

Lê Corbusier não estava entre as referências intelectuais dos engenheiros brasileiros, por não estar envolvido, portanto, no que lhes interessava, a prática do planejamento urbano, que culminaria com o desenvolvimento dos planos diretores a partir da década de 1930, mediante a realização de “um plano completo de remodelação, compreendendo todas as faces do nosso problema urbano, a reconstituição lenta e a expansão respectiva de todos os órgãos desta cidade, e visando o estabelecimento de sua harmonia, como já se fez para várias cidades dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha, França, Japão, etc (GODOY, 1943f, p.39).

Assim, a escolha de Alfred Agache não recaiu simplesmente no reconhecimento do seu trabalho, já que outros urbanistas foram citados pelo próprio Armando de Godoy. A escolha recaiu, no nome evidentemente, mas, principalmente, na própria prática do urbanismo que se caracterizava

pelos planos de remodelação, mediante estudo metódico de informações sobre a cidade para desenvolver um plano do conjunto da área urbana existente, não se furtando à previsão do crescimento e expansão urbana.

Sobre aquela segunda indagação, a da disputa de mercado entre os profissionais, é preciso pensar em intervenção urbana nas cidades brasileiras entre as décadas de 1900 e 1940, no sentido da implementação de um sistema de infra-estrutura de água, de esgoto, viário, arrasamento de morros, sistemas de portos, canalização de rios, expansão das cidades, e esse não era o ambiente de atuação dos profissionais denominados de arquitetos.

Portanto, são entradas de atuações diversas, com atuações em desenvolvimentos diversos, mas que podem ocorrer em uma complementaridade, como o foi no concurso de fachadas das edificações durante a implementação da Avenida Central pela presidência Rodrigues Alves. Ocorreu também nos trabalhos das edificações da Exposição do I Centenário na administração Carlos Sampaio após a parte do arrasamento do Morro do Castelo que foi, naquele momento, possível realizar^{viii}.

Urbanismo no Brasil: institucionalização nas administrações municipais

Por fim, as discussões e referências, naqueles anos de 1920, do urbanismo no Brasil não se dariam por Lê Corbusier, e sim pela linha de continuidade da engenharia, que desde Saturnino de Brito, Victor Freire, Armando de Godoy, Anhaia Mello e outros, articulou-se pela sua institucionalização e legitimação na esfera pública municipal, num percurso que vai dos planos de expansão e saneamento de Brito, passando pelas articulações dos planos de conjunto de Freire e planos diretores em Godoy, culminando no planejamento como processo, o *planning*, em Mello. Quando da atuação dos profissionais arquitetos – aqueles formados pelas escolas de arquitetura no Brasil – no campo do urbanismo, este já estava totalmente consolidado e legitimado no Brasil.

A problemática não estava, portanto, no profissional, mas, e neste ponto vale um retorno aos argumentos de Margareth Pereira, nas referências intelectuais, procedimentos teóricos e metodológicos de Agache e Lê Corbusier. Segundo a autora,

“Curioso salientar é que, se, para Agache, seu plano de intervenção resulta de um trabalho contínuo e evolutivo das observações ao longo de certo período de tempo (de 1926 a 1930), no caso de Lê Corbusier seus croquis foram executados em duas etapas precisas (1929 e 1936) e, embora os desenhos feitos nestas duas ocasiões apresentem algumas diferenças, seus últimos

estudos não contrariam os primeiros em seus princípios. Em resumo, é quase como se não pudéssemos falar em evolução, no caso de Lê Corbusier, e sim de retomada.

Isto é resultado de dois fatores. Por um lado, a atitude dos dois arquitetos em relação à situação urbana que contemplam e a atividade projetual, que é completamente diferente. Por outro lado, pelo fato de Lê Corbusier trabalhar a partir de um olhar poético que dita ao espírito racional e sensível as linhas de força da concepção, pode-se dizer que o episódio de sua viagem à América Latina e ao Brasil, em 1929, marca o início de uma nova escala de observação, que começaria a investir o seu exercício projetual de forma mais nítida, justamente no Rio (...) Ao contrário de Agache, para Lê Corbusier não é a cidade existente – e da prospecção de suas características funcionais, demográficas, econômica- que surgem as diretrizes e leis que engendra o projeto. Para Lê Corbusier, a cidade existente é lida antes de tudo como fato poético – plástico – na forma que se relaciona com seu sítio, com sua geografia. Assim, é o gesto arquitetural que instaura, corrige, retoma ou potencializa uma “qualidade” plástica que “sensibiliza” o olhar do arquiteto, reorganizando a totalidade do sistema urbano. Só depois deste primeiro gesto é que a observação do arquiteto penetra na cidade e se detém em suas ruas, nos seus bairros, para analisa-los caso alguma “emoção plástica e visual” o tenha provocado” (PEREIRA,1996c, p.372).

A extensão da citação colabora com o entendimento das nítidas diferenças entre a abordagens de um e outro, por percursos assimétricos na ação sobre o espaço urbano. Em ambos a arquitetura está presente, também com suas filiações distintas nitidamente estabelecidas desde a maneira de “analisar” ou “perceber” o lugar, sua geografia e sua paisagem. Entretanto nem é essa a fundamental contribuição de Agache no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro, haja vista que, Prestes Maia também desenvolveu um sistema arquitetônico em seu *Estudo para um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*.

Agache é peremptório ao urbanismo brasileiro por inaugurar, instituir e permitir a propagação dos planos diretores municipais através da realização do seu plano para o Rio de Janeiro, mediante o qual realizou estudos de sistemas de abastecimento de água e esgoto, limpeza pública, legislação urbanística (gabaritos, loteamentos), edificações, habitações operárias, todos pautados no longo tempo de análise - como menciona Margareth Pereira – segundo ele próprio, da “história e da geographia do lugar no seu passado, (além de) interpretar as estatísticas para a previsão do futuro”.

Não era essa a entrada urbanística interessada em Lê Corbusier no Brasil, novamente como argumenta Maragreth Pereira, que nele se caracteriza pelo tipo de estudo que Agache inaugura, mas pelo gesto arquitetural que instaura, corrige, retoma ou potencializa uma “qualidade” plástica que “sensibiliza” o olhar do arquiteto, o que não significa uma disputa por um campo de atuação, por um espaço representacional nas ações transformadoras do espaço urbano. Ter-se-á que esperar o tempo de organização dos cursos de arquitetura e urbanismo na década de 1940 e, principalmente, segundo Cristina Leme, a década de 1950, com o concurso para o Plano Piloto de Brasília em 1956.

Aqui a manutenção de outra linha de continuidade na atuação dos engenheiros, que foi a realização de projetos de cidades novas como Belo Horizonte ainda no século XIX pelo Engenheiro Aarão Reis, ou Goiânia no início do século XX com seu plano inicial elaborado pelo engenheiro-arquiteto, formado urbanista pelo Instituto de Urbanismo de Paris, Atílio Correia Lima e concluído por Armando de Godoy, entre outras experiências.

O *Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro*, desenvolvido por Alfred Agache é a resposta para a pergunta sobre o que interessava aos engenheiros brasileiros na implementação do urbanismo. Todo o procedimento metodológico desenvolvido no plano, suas interpretações e observações *cientificamente* determinadas, como a ciência do urbanismo exigia vinha legitimar todo o trabalho em desenvolvimento nas administrações municipais.

A Comissão da Carta Cadastral e do Código de Obras da administração Alaor Prata, a Comissão do Plano da Cidade da administração Adolfo Bergamini, a reforma administrativa da gestão Pedro Ernesto com a criação da Diretoria Geral de Engenharia, todas no Rio de Janeiro, além da Seção de Cadastro e Urbanismo, criada na Diretoria de Obras e Viação em 1925 e desdobrada em Seções separadas na administração Anhaia Mello de 1931, e mais tarde Divisão de Urbanismo, no ano de 1935, estas em São Paulo, representam um trabalho que foi coletivo e com divergências nas suas conceituações, porém embebidos do desejo e da crença de que a institucionalização do urbanismo era um caminho necessário.

É esta crença e o que foi possível desenvolver - mesmo com os possíveis erros e desvios de um trajeto que hoje se evidencia com a criação do Ministério das Cidades-, no âmbito dos planos diretores, projetos urbanos, planos regionais, planos integrados, planos de urbanismo básico, que possibilita entender a manutenção da argumentação de Armando de Godoy (1936) e José de Oliveira Reis (1965 e 1977) no reconhecimento que estes engenheiros apresentaram em relação

ao Plano Agache; falas realizadas não apenas distantes no tempo como não são contemporâneas aos debates entre os anos da administração Prado Júnior, responsável administrativo pela contratação do urbanista francês.

Entre os dois, Armando de Godoy foi quem diretamente envolveu-se com a contratação de Agache, com a própria realização do plano e com os debates tanto na administração pública como nas rádios, jornais, associações e entidades profissionais sobre urbanismo. Até a sua ida para trabalhar no desenvolvimento do Plano de Goiânia como contratado da firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda, sua atuação no contexto do Plano Agache tinha o respaldo, como o próprio Godoy afirmou, dos “grandes resultados da boa aplicação das doutrinas do urbanismo às cidades” (GODOY, 1943g, p.291).

Por outro lado, José de Oliveira Reis não só teceu suas argumentações muito tempo depois, como também não presenciou uma parte importante do acalorado debate que se instaurou na capital federal, a partir do ano de 1926, com o início da gestão Prado Júnior. Sua inserção profissional na esfera pública carioca ocorrerá somente no ano de 1933 após a provação em concurso público para o cargo de Engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal, durante a gestão Pedro Ernesto.

Para José de Oliveira Reis, a partir de 1926 e, pelos dois próximos longos e trabalhosos anos, ou seja, até 1928, a cidade do Rio de Janeiro será uma lembrança dos tempos em que fora aluno na Escola Politécnica. São Paulo é então a possibilidade de desenvolver importante trabalho de engenharia urbana, sua primeira atividade profissional, talvez sua primeira aproximação com os *problemas urbanos*.

Aproximação fundamental no seu desenvolvimento profissional, desde os primeiros tempos como engenheiro-estagiário na Comissão de Obras Novas de Abastecimento de Águas de São Paulo até o cargo de Diretor de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. Exatamente 39 anos entre sua atuação como engenheiro e urbanista e o início da atividade de historiógrafo.

Referências Bibliográficas

BANHAM, R. Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRESCIANI, M. S. M. O Charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: EDUNESP, 2005.

FELDMAN, S. Planejamento e Zoneamento: São Paulo (1947-1972). São Paulo: EDUSP/FAPESP.

FRAMPTON, K. Historia crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GODOY, A. A. de. A Urbs e os seus Problemas. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

LEME, M. C. da S. Os desafios do urbanismo no Brasil: ensino e profissão. In: MACHADO, D. B P., PEREIRA, M. da S., DA SILVA, R. C. M. (Orgs). Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.

PEREIRA. M. da S. Pensando a Metrópole Moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C de Q.e PECHMAN, R. (Orgs). Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1996.

PRADO, A. Mensagem ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro. “s.n”, “s.i.”, 1927.

REIS, J. de. As Administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano. In: O Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos. Rio de Janeiro: “s.n”, 1965.

REIS, J. de. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos – evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: PMRJ, 1977.

REZENDE, V. As Transferências Internacionais e o Urbanismo Modernista na Cidade do Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1996.

SILVA, L. H. P. da. Historio do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

STUCKENBRUCK, D C. O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas / IPPUR / FASE, 1996.

ⁱ Tais menções estão presentes na edição comemorativa da Revista Municipal de Engenharia, Edição Especial de agosto de 1977, dos 65 Anos da Revista e Homenagem ao Engenheiro José de Oliveira Reis.

ⁱⁱ Denise Cabral Stuckenbruck caminha na mesma linha de reflexão para o caso específico da nomeação de Antônio Prado. (Stuckenbruck, 1996. p.61).

ⁱⁱⁱ Primeiramente a administração de Adolfo Bergamini (24 de outubro de 1930 a 21 de setembro de 1931) que segundo Godoy, em visita do Prefeito ao Escritório do Plano de Remodelação da Cidade, este teria pronunciado palavras “de condenação à preferência dada a um profissional estrangeiro” (GODOY, 1943, p.326), o que, por outro lado, não significou a impossibilidade de criação, na própria administração Bergamini, da Comissão do Plano da Cidade (ver nota 4); a outra administração esteve sob a responsabilidade de Pedro Ernesto (30 de setembro de 1931 a 3 de abril de 1936) e por ele, a Comissão do Plano da Cidade foi extinta, provocando por parte de Godoy, a solicitação de sua transferência do Divisão de Urbanismo.

^{iv} Artigo escrito em agosto de 1931 e publicado na coletânea “A Urbs e seus Problemas” no ano de 1943 pelo Jornal do Commercio.

^v Prática aqui no sentido mais amplo, sem a tão difundida noção de diferença entre discurso e ação como categorias de valores díspares, sendo o primeiro “menor” que o segundo, tão presentes em trabalhos de história do urbanismo

realizados por profissionais arquitetos-urbanistas. Exemplo nítido e comum é a afirmativa da não passagem do pensamento para ação de planos urbanos no Brasil, como se isso representasse uma diminuição das possibilidades reflexivas sobre o urbanismo no Brasil.

^{vi} A referência à noção de “circulação” é assumida como oposição à noção de “tradução” ou “transferência” como é utilizada pela historiografia do urbanismo, especialmente a realizada no Rio de Janeiro (RIBEIRO; PECHMAN, 1996), (REZENDE, 1996). Esse conceito foi norteador das reflexões do livro “Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo moderno” (RIBEIRO; PECHMAN, 1996). Acompanhando os escritos de Cristina Leme, a noção de “influência” já teria transitado pelos seus textos, e que segundo a própria autora, foi motivo de oposição à época de seu trabalho de doutoramento. Ela avança no sentido de trabalhar com “circulação”, ainda segundo Leme, com o “objetivo de estabelecer maior isonomia entre as partes no intercâmbio das idéias e das práticas urbanísticas”. (LEME, 1998). Circulação amplia a possibilidade da argumentação questionar a noção da origem pura das idéias. Assim, como Stella Bresciani em seu estudo sobre Oliveira Viana ao afirmar que o seu trabalho “foi construído com base na recusa de pressupor um lugar determinado para o autor e sua produção” (BRESCIANI, 2005), a recusa ao conceito de “tradução” implica na recusa da impossibilidade de construção das idéias entre os profissionais brasileiros. Implica, da mesma forma, uma oposição, também em consonância com Bresciani, das “idéias fora do lugar”, que reconheço já ter utilizado como estratégia de argumentação.

^{vii} Argumento interessante foi desenvolvido por Reyner Banham (BANHAM, 1979, p.399).

^{viii} Segundo Lúcia Hellena, “A arquitetura, por intermédio da Escola Nacional de Belas Artes e do IAB, participou ativamente da remodelação da cidade ao projetar todos os pavilhões do Centenário. Para isso, foi necessária a fundação de uma instituição que assegurasse a lisura do concurso de fachadas promovido pela prefeitura. Essa instituição foi denominada inicialmente de IBA, Instituto Brasileiro de Arquitetos, passando em 1924 a denominar-se Instituto Central de Arquitetos. Somente em 1936 passou a chamar-se de IAB (...) A preocupação principal desses arquitetos era com o estilo das fachadas; a cidade não aparecia como problema, a não ser pela falta de um conjunto estético das edificações” (SILVA, op.cit.p.52-53); o que não deixa de significar uma entrada na questões urbanas, por mais que reduzidas à preocupação estética.